

JOÃO PINA-CABRAL E ANTÓNIA PEDROSO
DE LIMA (ORGS.)

ELITES: CHOICE, LEADERSHIP AND SUCCESSION
Oxford e Nova Iorque, Berg, 2000.

Esta obra apresenta-se como a edição das comunicações apresentadas ao seminário “Leadership and Succession in Elite Contexts”, realizado em Outubro de 1997 nos sugestivos salões do Palácio Fronteira em Lisboa. Os textos aqui reunidos, embora partindo de uma noção homogeneizante de *elites* enquanto grupos detentores de poder com consciência da sua identidade própria, abordam realidades heterogéneas tais como as fortunas dinásticas dos EUA (George Marcus), os grupos familiares que integram a elite financeira lisboeta (Antónia Pedroso de Lima), as famílias ligadas à indústria da seda no Norte de Itália (Sylvia Yanagisako), os reinos Asante do sudoeste do Gana de origem pré-colonial (Nana Arhin Brempong), ou os chefados da região noroeste do mesmo país que foram introduzidos pela administração colonial (Carola Lentz), os chefes fijianos (Christina Toren), a grande aristocracia portuguesa dos séculos XVI a XIX (Nuno Gonçalo Monteiro) ou os membros da elite local de um concelho beirão desde a revolução liberal (José Manuel Sobral), as famílias, de origem inglesa, ligadas ao comércio do vinho no Porto (Jean Lave) e os elementos da elite burocrática macaense (João de Pina-Cabral). O volume é ainda enriquecido por um comentário final de Michael Herzfeld, já presente no referido seminário. Diversificados pelos seus objectos de análise, estes textos, onde foram privilegiadas as análises histórica e antropológica, são um contributo essencial tanto para o estudo das elites como dos mecanismos de herança e sucessão.

O aparente eclectismo etnográfico destas contribuições levanta de imediato a questão da relevância de uma classificação comum: poderemos de facto falar de um mesmo objecto de estudo, as elites, ou estamos perante um conjunto de grupos informais cuja heterogeneidade impede a sua classificação em conjunto? O texto de João de Pina-Cabral preocupa-se precisamente com a definição deste tópico de estudo e é instigado pela dificuldade decorrente de abordar um grupo em franca dissolução: a elite administrativa macaense que manteve os seus privilégios, inclusive de classe, através do controle de redes sociais e circuitos de saber

portugueses, chineses e macaenses, assumindo a sua condição mista. Esta situação, que se prolongou por várias gerações, entrou em rápido declínio desde que foi assumida a transição de soberania do território, a qual coincidiu com a confirmação de novas práticas de sociabilidade cuja marca fundamental foi a profissionalização das mulheres e o consequente declínio de formas de sociabilidade estritamente femininas e domésticas que caracterizavam a antiga elite (por exemplo, os clubes de senhoras). Ultrapassando a fluidez de fronteiras deste grupo, cujas marcas identitárias se baseiam no acesso a recursos e formas de vivências hoje desaparecidas, o autor procura demonstrar a subsistência de uma identidade própria enquanto uma comunidade étnica. A sua definição abrange características comuns aos grupos de elites:

An ethnic community finds its definition in the course of individual situations of social confrontation where it is symbolically contrasted with others. The members of such a collectivity not only feel that they belong, they are also led to act in forms that reflect that belonging. And, in order to act out their belonging, they state their belonging. All of these are acts of social construction (p. 201).

É portanto enquanto grupos que se definem pela sua autoconsciência e por uma *praxis* que visa manter privilégios e sinais, nem sempre subtis, de integração e diferenciação que podemos definir as elites num sentido lato. Michael Herzfeld retoma esta problemática no comentário final, salientando a importância da relação entre saber, identidade e a constituição do poder (p. 228) para a formação destes grupos. O autor termina com a questão lançada por George Marcus a abrir o livro, sobre o estranho (*uncanny*) sucesso que as elites têm em manter-se, em perpetuar-se dinasticamente, o qual é, em simultâneo, uma das características que as definem ontologicamente. Herzfeld isola assim as duas questões que mereceram uma abordagem sistemática da maioria dos autores: a noção de poder e a da sua perpetuação em várias gerações. O poder é aqui entendido num sentido lato, compreendendo tanto o acesso a várias formas de capital como de autoridade, como lembra José Manuel Sobral numa sistematização elucidativa (pp. 150-151). A perpetuação do poder remete-nos para a problemática da sucessão, a qual é abordada de forma sistemática na maioria das contribuições desta obra.

O tema da sucessão e da transmissão de pri-

vilégios é discutido sob múltiplas perspectivas. No texto de Christina Toren são referidos alguns temas clássicos da antropologia: a noção de chefado nas ilhas Fiji, já analisada nos textos de Hocart (entre outros em *Kings and Councillors*) e a ambivalência entre hierarquia social e igualdade. A autora põe em relevo o contínuo embricamento entre os grupos sociais que a etnografia ocidental descreve como opostos na sua relação ao poder, os quais em diversos contextos, tal como nas Fiji, tornam claro o seu contínuo jogo de interdependência mútua sobretudo nos momentos em que se representa o acesso ao poder. Sobre aquilo que designa de alternância entre igualdade e hierarquia, Toren desenvolve o seu argumento e demonstra uma vez mais a sua particular sensibilidade etnográfica.

No contexto africano, mais concretamente ghaniano, os textos de Carola Lentz e de Nana Brempong desenvolvem o tema do novo perfil dos herdeiros do poder, em chefados e reinos de origem colonial ou pré-colonial, que mantêm a sua actualidade pelo perfil exigido aos novos sucessores, homens poderosos na hierarquia da função pública antes de se tornarem homens de poder na hierarquia do chamado “poder tradicional”.

A questão da maleabilidade dos novos sucessores de grupos de poder é igualmente abordada por Antónia Pedroso de Lima num contexto absolutamente diferente, o das famílias integradas na elite financeira lisboeta, onde a autora se debruça sobre o “processo de criar diferenças entre iguais” (p. 41) e de, num sistema aparentemente meritocrático, conseguir basear a sucessão em relações de poder e no controlo de um capital de prestígio e de redes sociais, para além do poder de decisão sobre um capital efectivo. A pertinente análise de Antónia Pedroso de Lima tem igualmente o mérito de esclarecer o que anteriormente Marcus designava por “estranho sentimento dinástico” sentido em famílias da elite texana que constituem o objecto da sua pesquisa. Para Pedroso de Lima esta “estranheza” é identificável em numerosos espaços de afirmação identitária das famílias de elite abordadas. O tema da sucessão é ainda analisado numa perspectiva sincrónica entre grupos aristocráticos nem sempre tão bem sucedidos nas suas estratégias, nos textos de Nuno Gonçalo Monteiro e José Manuel Sobral, ou entre as famílias ligadas à exportação de vinho do Porto estudadas por Jean Lave.

Sendo os grupos de elite um assunto ainda pouco estudado em antropologia – onde contudo mereceu o surgimento de algumas obras de vulto, e lembro aqui em particular o trabalho sempre actual de Abner Cohen, *The Politics of Elite Culture*, 1981 –, um dos muitos méritos desta obra é o posicionamento sistemático das análises empreendidas face a textos hoje clássicos da disciplina. Para além de Jack Goody (*Succession to High Office*, 1966), também os trabalhos de Meyer Fortes e de Radcliffe-Brown são analisados por diversos dos contribuintes à luz dos novos dados que trazem para o debate. Por outro lado, ao debruçarem-se sobre terrenos inovadores na disciplina – grupos industriais, organizações financeiras, enclaves burgueses –, os autores demonstram cabalmente a pertinência da análise antropológica num campo habitualmente ocupado por outras tradições disciplinares (sociologia, mas também ciência política e história). No interior da produção, sobretudo sociológica, sobre o tema das elites, as contribuições para este volume destacam-se pela extrema atenção dada ao problema da sucessão e demonstram a pertinência da perspectiva antropológica e da metodologia etnográfica.

Michael Herzfeld aponta como calcanhar de Aquiles dos ensaios agora publicados a dificuldade em aceder ao nível da intimidade dos sujeitos abordados e o carácter exterior das informações recolhidas. Note-se que se as elites são caracterizadas pela manutenção da distinção (p. 230) e do respeito (p. 233), ambos os elementos implicando formas de exclusão e a transmissão de uma imagem auto-consciente que é perpetuada nestes textos. Trata-se de uma crítica demasiado lata para podermos deixar de reflectir sobre a sua aplicação a muitos dos trabalhos etnográficos – afinal, desde que Malinowski colocou a sua tenda ao lado da residência do chefe local, os antropólogos têm sistematicamente privilegiado os detentores de poder como interlocutores. Mas esta aparente fragilidade é também um dos méritos da obra, o de relançar a questão das relações de poder e de controlo na pesquisa etnográfica actual, longe dos constrangimentos coloniais ou decorrentes de formas desiguais de acesso ao saber. Para além da sua pertinência para os estudos de parentesco, das organizações e mesmo da antropologia urbana, estes textos colocam questões inovadoras sobre a metodologia etnográfica e, sobretudo, delimitam um novo campo de estudos.

Clara Carvalho

Departamento de Antropologia do ISCTE
Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)

NICHOLAS THOMAS E RICHARD EVES
**BAD COLONISTS: THE SOUTH SEAS LETTERS
OF VERNON LEE WALKER & LOUIS BECKE**
Durham e Londres, Duke University Press,
1999.

JOHANNES FABIAN
**OUT OF OUR MINDS: REASON AND MADNESS
IN THE EXPLORATION OF CENTRAL AFRICA**
Berkeley, Los Angeles e Londres, University
of California Press, 2000.

Nicholas Thomas, australiano, e Johannes Fabian, alemão, são antropólogos com extensa obra publicada e larga divulgação nos meios académicos. Os trabalhos de Thomas no domínio dos estudos da cultura material dos povos oceânicos (nomeadamente *Entangled Objects*, 1991) e as reflexões críticas de Fabian sobre a retórica etnográfica (*Time and the Other*, 1983; *Time and the Work of Anthropology*, 1991) são sobejamente conhecidos dos analistas culturais, tendo obtido notoriedade além dos limites dos círculos antropológicos. Nos volumes em consideração, os autores retomam um motivo, a situação colonial, que atravessa transversalmente o conjunto da sua produção, examinando-o com referência aos contextos geográficos que têm predominado nas suas pesquisas: em Thomas a Oceania e em Fabian a África Central.

Em *Bad Colonists* Nicholas Thomas organiza, introduz e comenta criticamente o espólio epistolar de Vernon Lee Walker (1856?-1887), um dos raros vestígios materiais das experiências de itinerância deste anónimo comerciante inglês pelos Mares do Sul nas décadas de 1870 e de 1880. As cartas publicadas, destinadas à mãe de Walker, foram remetidas de Melbourne, de Sidney, de Noumeia (na Nova Caledónia) e das várias escunas em que esteve embarcado. O seu percurso biográfico, permeado por hesitações e falhanços comprometedores, conheceu um desenlace trágico, porquanto foi ferido mortalmente em 1887, perto dos 31 anos, por nativos de Vanuatu. Segundo Thomas, num gesto que desmotiva uma compreensão enviesada da titulação da compilação,

Vernon Lee Walker “is a bad colonist [...] in the sense that he is bad at being one” (p. 6).

Enquanto anunciava a intenção de proceder à publicação crítica dessas missivas, Thomas analisou com menor detenção a correspondência de Walker num outro volume, *Colonialism's Culture* (1994), no qual a moldura teórica que presidiu à concepção de *Bad Colonists* se afigura detectável. Defendia então, entre um punhado de outros argumentos com significado para a reflexão sobre as assimetrias de representação em espaços coloniais, a necessidade de problematização da tendência fanonista que insiste em interpretar as interacções entre colonizadores e colonizados antiteticamente. Para Thomas, se confiamos que a retórica colonial elide as “vozes” dos colonizados devemos, nesse caso, considerar igualmente que outros agentes operando na periferia dos projectos imperialistas são atingidos por semelhante supressão – “because they are disreputable, because they are women or simply because they are ordinary and working-class” (*Colonialism's Culture*, 1994: 159). Este posicionamento surge claramente reafirmado em *Bad Colonists*:

Walker was once alluded to in print by a journalist but not named, and this is emblematic of the extent to which unimportant colonists such as he, and ordinary people most of the time, have had negligible or nonexisting capacities to establish a presence in print, a citation, a documentary trace (p. 13).

Com a divulgação de doze cartas de Vernon Lee Walker, Thomas consuma o resgate de um olhar europeu sobre a situação colonial que, nas suas *distracções* etnográficas – por exemplo, “this meeting [of all the native chiefs and their tribes] only takes place either only once a year, or once every ten years, I forget which” (p. 27) – e hesitações identitárias (vd. pp. 63 e 66), é revelador de um espírito não obstinado com a autoridade e o ascetismo dos seus pontos de vista.

Nesta obra Nicholas Thomas figura associado em termos autorais a um antropólogo do Centre for Cross-Cultural Research (da Australian National University), Richard Eves, encarregado da organização crítica do legado epistolar do segundo sujeito do livro, Louis Becke (1855-1913), também ele comerciante inglês. Estabelecido no sul do Pacífico desde 1872, Becke regressou a Inglaterra vinte e quatro anos depois sem ter realizado fortuna. Dessa estada beneficiou, no entanto, a sua

produção ficcional, iniciada ainda na Austrália nos anos de 1890 e desenvolvida na Europa durante as duas décadas subsequentes, resultando em mais de uma dezena de novelas inspiradas em motivos exóticos que, conquanto muito populares no tempo da sua divulgação primitiva, acabaram proscritas do cânone literário. As dez cartas agora coligidas dizem respeito a uma parte da comunicação mantida entre 1880 e 1882 com a mãe.

No que concerne a *Out of Our Minds*, Johannes Fabian apoia-se sobre numerosas fontes, às quais o subgénero narrativo da literatura de viagens e o contexto centro-africano da viragem do século XIX para o século XX conferem unidade. Note-se desde já que de entre os registos considerados por Fabian avultará, relativamente àquelas que se prognostica poderem representar os interesses prioritários dos investigadores portugueses, *De Benguella às Terras de Iácça* de Hermenegildo Capelo e de Roberto Ivens (1881), resultante de um empreendimento expedicionário de dois anos iniciado em 1877 em conjunto com Serpa Pinto (1846-1900), de quem viriam a separar-se já no Bié (em Angola) por força de um desentendimento quanto ao itinerário a ser seguido.

A totalidade dos relatos que são objecto de análise neste livro corresponde a um conjunto de vinte e cinco entradas na resenha bibliográfica disponibilizada pelo autor, maioritariamente atribuídas a exploradores de nacionalidade alemã, belga ou francesa. Não se tratando de textos completamente desconhecidos, diferindo nessa medida do estatuto de ineditismo integral com que se apresentam os textos de Walker, Fabian esclarece todavia que uma larga maioria deles, a exemplo da recepção actual das narrativas de Becke, apenas é caucionada por um pequeno número de leitores altamente especializados. De resto, segundo Fabian, quanto aos “navegadores terrestres” invocados por *Out of Our Minds* “only [Leo] Frobenius and [Emil] Torday became Africanists of considerable fame” (p. 273).

Amplamente tematizado neste livro está o problema da tensão entre a necessidade de autocontrolo imposta aos exploradores pelos preceitos da racionalidade científica e as múltiplas possibilidades do seu abandono ao desejo. Com efeito, se não quisermos perder de vista a possibilidade de uma leitura cruzada com *Bad Colonists*, também é possível descortinarmos alguns exemplos avulsos de deficiente expressão dos projectos coloni-

zadores europeus – de *mau colonialismo*, numa variação sobre o título do livro de Thomas e de Eves – em episódios nos quais as subjectividades dos exploradores se sobrepuseram ao protocolo ou aos interesses da missão: nas relações de franca afabilidade que ligaram o belga Jérôme Becker (1850-1912) a mercadores árabes (concorrentes dos europeus num mesmo espaço económico), no desejo formulado por um agonizante Paul Pogge (1838-1884) de destruição dos seus diários juntamente com os cadernos de anotações (demitindo-se assim do préstimo de informar a entidade patrocinadora da expedição) ou ainda na dignidade pretendida pelo alemão Hermann von Wissmann (1853-1905) para o enterro de uma mulher indígena, Galula, numa manifestação da amizade que lhe tinha.

Out of Our Minds é, mais que tudo, uma etnografia histórica das campanhas de penetração no interior do continente africano. A leitura das fontes pretendeu destacar nelas elementos cuja frequência conduziu à reconstituição de um processo que tinha início nos preparativos da expedição e que culminava com a divulgação dos seus resultados quer sob a forma de relatos escritos quer através do recurso a outros modelos representativos (conferências, encenações museográficas). Uma inspecção ainda que pouco judiciosa do índice de *Out of Our Minds* é suficiente para que reconheçamos esse processo mimetizado pela própria estrutura do volume.

“Travel, Exploration, and Occupation”, o capítulo que se segue à introdução, recenseia os artefactos que compunham a pesada logística das viagens de exploração (instrumentos auxiliares das tarefas de observação científica, material bélico, mercadorias que mediavam as interacções com locais, livros, peças de vestuário, medicamentos, artigos de higiene pessoal, etc.), do mesmo modo que elabora uma resenha das categorias de intermediários locais que normalmente integravam as caravanas (carregadores, cozinheiros, intérpretes, guias, etc., muitas vezes apresentando-se acompanhados pelas suas mulheres e crianças). O décimo capítulo, “Presence and Representation”, antecedendo aquele que encerra o livro, prende-se com a análise dos factores de natureza pragmática que detinham influência sobre a redacção dos *travelogues* (nomeadamente constrangimentos motivados por pressões dos patrocinadores) e das suas principais estratégias de

composição textual. De permeio, as restantes secções ocupam-se com as deslocações pelo interior de África e com os contactos com populações íncolas.

Johannes Fabian estende essa estratégia de mimetização ao capítulo conclusivo, que designou significativamente por “Epilogue”, onde a ideia da viagem como metáfora para o próprio livro aparece formulada em termos que são esclarecedores:

Did we bring home what we promised at the beginning of *this journey* through travelogues of the exploration? Scholarly books should end with conclusions that restate their goals and then summarize, chapter by chapter, the arguments that confined or refuted them. But if I take the idea of a journey (*and a story*) seriously, I cannot report its results in a few paragraphs that refract its premisses. A measure of journeys is that travelers may return to the point of departure but are no longer the same when they get there. This is why an epilogue, a “word after”, seems appropriate as an end to this study (p. 271, *italicos meus*).

Assim procederam igualmente os autores de *Bad Colonists*, entendendo a apresentação de um epílogo como melhor adequada aos seus objectivos. Este aspecto não é irrelevante, sobretudo se relacionado com a propensão narrativa dos textos em consideração, porquanto se sabe que “o epílogo faz sentido, em princípio, em narrativas dotadas de intriga” (Carlos Reis e Ana Cristina M. Lopes, *Dicionário de Narratologia*, 6ª edição, 1998: 126).

A existência de uma intenção literária – no sentido em que o contrato com o leitor institui o acompanhamento de uma trama como fundamental – parece-me sobressaliente em ambos os livros. Se Fabian estabelece uma fronteira difusa entre literatura *de* viagens e literatura *sobre* viagens, os comentários de Thomas e de Eves preenchem designadamente as muitas elipses que atravessam as sequências de cartas publicadas, não deixando de evocar, por força da interactividade sugerida pela inclusão dessas impressões no interior dos capítulos onde aquelas estão reunidas, os protocolos do romance epistolar.

Uma leitura cruzada destes dois textos pode revelar-se deveras aliciante, mesmo que, tal como Hal Foster, receemos que a propensão de uma parte da produção antropológica contemporânea para a experimentação textual possa não considerar por inteiro os riscos de esteticização e de idealização

dos objectos da disciplina. Regista-se nomeadamente com agrado que a perspectiva de ambos os autores sobre o colonialismo se encontre distante de o subsumir a um corpo discursivo unívoco, homogéneo e coerente, preferindo encará-lo na condição de processo cultural complexo, pluralizado, habitado pelas contradições, ambivalências e idiossincrasias dos agentes que o interpretam.

Carlos Branco Mendes

Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)
Bolseiro Praxis XXI

VIRGINIA-LEE WEBB

**PERFECT DOCUMENTS: WALKER EVANS
AND AFRICAN ART, 1935**

Nova Iorque, The Metropolitan Museum
of Art, 2000.

No passado ano de 2000, o Metropolitan Museum of Art apresentou em Nova Iorque uma exposição dedicada ao fotógrafo norte-americano Walker Evans (1903-1975) intitulada *Perfect Documents*. O livro homónimo que serve de pretexto à presente recensão foi então publicado como catálogo e nele consta um estudo bastante breve de Virginia-Lee Webb sobre o portfólio que Evans realizou em 1935 para divulgação didáctica de um acontecimento expositivo promovido pelo Museum of Modern Art (MOMA). Nesse ano o MOMA reuniu um conjunto de seiscentos e três artefactos de proveniência africana que foi exibido sob o título de *African Negro Art*.

O sucesso da exposição foi de tal ordem que, contrariamente ao que estivera previsto de início, se concebeu uma versão itinerante, menos abrangente, com a finalidade de ser reinstalada em sete museus de arte localizados em outros tantos estados norte-americanos. Conquanto se realizassem exposições de objectos africanos em galerias americanas desde os anos de 1910, reconhece-se habitualmente a *African Negro Art* um carácter seminal, na medida em que consumou o acesso da produção plástica de populações africanas ao interior de um museu de arte moderna (cf. Jean-Louis Paudrat, “From Africa”, William Rubin (org.), *“Primitivism” in 20th Century Art*, 1984: 164). Por outro lado, essa exibição – que contou, na sua concepção, com a colaboração de Robert Goldwater (1907-1973), autor de *Primitivism in Modern*

Painting (1938) e director, a partir do final da década de 1950, do antigo Museum of Primitive Art – estabeleceu, segundo a autora, critérios para a apreciação estética de semelhante produção que permanecem actantes.

No primeiro capítulo de *Perfect Documents*, “The Exhibition of African Art”, Virginia-Lee Webb pretende justamente reconstituir e avaliar as opções expositivas mais relevantes relacionadas com a perspectiva formalista perfilhada pelos organizadores de *African Negro Art*. De igual modo, no capítulo seguinte, “The Traveling Exhibition of Sculptures”, a autora promove a análise das soluções decorrentes das necessidades de readaptação da exposição itinerante a novos espaços museológicos. Os restantes – “The Portfolio of Photographs by Walker Evans”, “The Traveling Exhibition of Photographs” e “Perfect Documents” – são dedicados ao estudo propriamente dito do trabalho desenvolvido por Walker Evans para o MOMA.

O catálogo reproduz cinquenta e cinco das quatrocentas e setenta e sete imagens escolhidas pelo fotógrafo para o portfólio que esteve na origem de uma outra exposição do MOMA no mesmo ano, *Photographs of African Art by Walker Evans*, reencenada posteriormente, desta vez em dezasseis espaços diferentes (cujos aspectos técnicos são também objecto de comentários por parte de Webb). Na composição dessas fotografias, Evans utilizou uma técnica de compressão que reduzia ao mínimo o espaço entre a escultura e os limites da imagem, procedendo para tal aos cortes tidos como necessários nas cópias de trabalho. Cuidou ainda da eliminação de quaisquer elementos que pudessem interferir na leitura das peças (sombras, pedestais) e fotografou certos objectos a partir de perspectivas distintas, já porque se tratassem de obras consideradas canónicas, já porque a sua observação variasse substancialmente em função do ponto de vista tomado.

Mediante a apresentação das características precedentes, Virginia-Lee Webb defende que a aproximação de Evans aos objectos expostos pretendeu estender a um outro suporte os princípios que orientaram discursivamente *African Negro Art*, leitura que sobressai num passo em que este trabalho é cotejado com as imagens de esculturas africanas realizadas em 1918 pelo fotógrafo e pintor americano Charles Sheeler (1883-1965):

With a painter’s eye and a camera in hand, Sheeler positioned the works of art not as primary or isolated but as elements in the overall pictorial arrangement, with deliberately composed shadows, highlights, bases for sculptures, and table edges all playing an important part in the final image. Evans had quite the opposite approach, editing out any elements that might distract the viewer from the subject or be irrelevant to its forms, both literally in the print and initially through the lens, and by fitting the objects snugly into the frame (p. 44).

Nesta altura, Evans já gozava, apesar da sua juventude, de sólida reputação nos meios artísticos que lhe admiravam o rigor e a objectividade do seu “estilo documental”. Os trabalhos prestados durante o New Deal para a Farm Security Administration ou a colaboração com James Agee (1909-1955), resultante na publicação de *Let Us Now Praise Famous Men* em 1941, são obras de apreciável maturidade que instituíram Walker Evans como fotógrafo da América “profunda”. Contudo, a série motivada pela exposição *African Negro Art*, apesar de integrada num período decisivo da produção fotográfica de Evans, encontra-se sub-avaliada pelos exegetas do artista: “Oddly, although his American pictures were applauded as embracing a documentary style, the African art portfolio was historically minimized as merely documenting objects” (14). Uma das linhas de força do estudo de Webb prende-se justamente com a demonstração de que o trabalho de Walker Evans para o MOMA é fundamentalmente interpretativo, porquanto comenta os artefactos reproduzidos através de um outro *medium*.

Perfect Documents é, em primeiro lugar, eficaz na apresentação de argumentos que justifiquem a reapreciação histórica do portfólio de arte africana de Walker Evans. Relativamente ao contexto português, é irresistível pensar-se, após uma leitura do texto de Webb, nos nomes de Mário Novais (1899-1986), de San Payo (1890-1974) e de Domingos Alvão (1872-1946) que realizaram as setenta e duas imagens de objectos africanos reproduzidas no volume *Arte Indígena Portuguesa* de Diogo de Macedo e de Luís de Montalvor (1934), tentativa pioneira de estudo sistemático, segundo parâmetros artísticos, da expressão plástica das antigas colónias portuguesas em África. Seguramente, terá agora maior cabimento admitir-se a pertinência de uma renovação do olhar sobre essa série igualmente minorizada – senão ignorada – nas avalia-

ções retrospectivas desses fotografos.

Por fim, o catálogo considerado recupera um momento importante para a compreensão da história da recepção euro-americana da cultura artefactual africana, no que serão muito úteis as informações disponibilizadas pela autora relativamente aos procedimentos tomados em *African Negro Art* e nos acontecimentos expositivos que inspirou.

Nesse mesmo ano de 2000 em que o Metropolitan apresentava *Perfect Documents*, simultaneamente, em Paris, o Musée du Louvre divulgava, pela primeira vez na sua história, artefactos não ocidentais, com a inauguração da exposição *Sculptures, Afrique, Asie, Océanie, Amériques* (cf. Alexandre Pomar, “Artes Primeiras no Louvre”, *Expresso-Cartaz* de 21 de Abril de 2000: 6). A reconhecida visibilidade de que beneficia esta instituição prenuncia a prodigalização futura da expressão temporalizadora “artes primeiras” (que remete inevitavelmente o nosso imaginário para o qualificativo “primitivo”) adoptada genericamente como categoria descritiva para a colecção de cento e vinte esculturas “choisies pour leur qualité plastique par Jacques Kerchache” (Bérénice Geoffroy-Schneiter, “Arts Premiers au Louvre”, *Beaux Arts*, 191, 2000: 56), aficionado da arte africana cujo “anti-etnologismo” foi vigorosamente denunciado por Jean Jamin em texto recente (cf. “Présentation d’Afrique Noire : La Création Plastique”, in Michel Leiris, *Miroir de l’Afrique*, 1996).

Pese embora o facto de *Perfect Documents* não formular a pretensão de constituir uma avaliação definitiva da recepção euro-americana de objectos africanos, julgo que beneficiaria grandemente com a problematização dos dispositivos primitivistas pre-valetentes quer em *African Negro Art* quer no portfólio de Evans, porquanto a discussão a propósito da sua natureza potencialmente equívoca permanece actual quando estão passados cerca de 81 anos sobre o inquérito do *Bulletin de la Vie Artistique* em que Félix Fénéon (1861-1944) colocou a questão da integração de *l’art nègre* no Musée du Louvre.

Carlos Branco Mendes

Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)
Bolsheiro Praxis XXI

P.S. – O leitor interessado pelo tema das representações iconográficas da arte africana verá vantagens na consulta da recensão de *Perfect Documents* que Wendy Grossman (National Museum of African Art e Maryland University) publicou depois de entregar este texto no

periódico *African Arts* (34 [2]: 92-93).

DENIS CHEVALLIER (ORG.)

VIVES CAMPAGNES: LE PATRIMOINE RURAL,
PROJET DE SOCIÉTÉ

Paris, Éditions Autrement, 2000.

Organizada por Denis Chevallier, *Vives Campagnes...* é uma colectânea de seis artigos e de seis retratos biográficos de indivíduos relacionados com os processos contemporâneos de patrimonialização do espaço rural em França, envolvendo a paisagem, a arquitectura popular tradicional, as festas, o “saber-fazer” e as produções agrícolas e alimentares locais.

O primeiro artigo da obra, da autoria de Denis Chevallier, Isac Chiva e Françoise Dubost, revela o contexto de invenção do património rural, nas suas várias dimensões, e os seus actuais contornos sociais, económicos e políticos. A ideia de que esse património constitui, simultaneamente, uma forma de apropriação do passado e da ruralidade e um mecanismo de construção de territórios e de identidades é um dos pontos salientes da abordagem. O seu argumento principal, entretanto, é o de que a reabilitação da arquitectura tradicional, das festas, das práticas de criação animal e das produções agrícolas e alimentares rurais em vias de desaparecimento não visa a conservação das relíquias do passado, mas antes a inserção dos objectos presentes na actividade dos indivíduos que vivem nos espaços rurais numa economia à escala da Europa das Regiões.

Os sociólogos Bertrand Hervieu e Jean Viard estudam a evolução dos espaços rurais e o processo de constituição destes enquanto património nacional, sublinhando as particularidades culturais de uma nova minoria de agricultores e a sua relevância política e simbólica no seio da sociedade francesa contemporânea, em boa medida resultante do facto de eles serem vistos como figuras centrais e guardiões desse referente identitário que é o campo, por muitos considerado como um monumento da civilização urbana e como um desejado espaço de liberdade, de paisagem, de beleza e de saúde que cumpre preservar.

A investigadora Geneviève Delbos, por sua vez, explora os processos de patrimonialização do sal e de revitalização da salicultura de Guérande,

insistindo na tese de que os mesmos decorrem do posicionamento desse produto no circuito contemporâneo de trocas materiais e simbólicas no espaço da União Europeia e das políticas de segmentação de mercado adoptadas pelas grandes cadeias de distribuição do sector agro-alimentar. Os procedimentos institucionais relacionados com a obtenção de um atestado de especificidade para o sal de Guérande, as estratégias de *marketing* e de comercialização do produto, os quesitos e as consequências da sua patrimonialização são alguns dos tópicos analisados a propósito.

O tema das produções agrícolas e alimentares locais é retomado no último artigo da obra, no qual Laurence Bérard e Philippe Marchenay abordam os mecanismos de patrimonialização dos objectos classificados como *produits de terroir* e os seus respectivos efeitos. O carácter selectivo do processo, o facto de este envolver um conjunto de circunstâncias locais e globais, a mudança de estatuto dos objectos em causa – de produtos vulgares dentro do grupo passam a produtos de excelência no interior e no exterior do mesmo – e a sua especificidade, em relação às outras dimensões patrimoniais da ruralidade, são alguns dos pontos sublinhados no artigo, onde também se reiteram os benefícios dessa patrimonialização para a economia e o desenvolvimento local.

Ives Michelin e Sylvie Gauchet falam da mutabilidade e do carácter socialmente construído das paisagens, entre elas as paisagens agrícolas tradicionais, como os “socialcos” e os “bocages”, evidenciando os objectivos económicos, culturais, ambientais e ecológicos subjacentes às políticas de gestão do espaço rural associadas ao processo de patrimonialização dos seus recursos paisagísticos. A ideia de que as paisagens rurais constituem importantes referentes de identificação para os habitantes do campo é uma das partes integrantes do artigo, onde também se diz que a protecção das mesmas deve ter em linha de conta o seu contexto de produção, as condições materiais e históricas em que elas foram construídas.

Baseado numa pesquisa realizada na região de Picardie, François Calame mostra como o processo de patrimonialização da arquitectura popular tradicional envolve a apropriação das respectivas construções por um grande número de agentes sociais exteriores ao mundo rural, agentes esses que têm o poder de intervir, com legitimidade, na valorização e na protecção das mes-

mas, influenciando decisivamente as formas de construir e de habitar no meio rural, à custa de várias mutações ao nível dos materiais e das técnicas de construção utilizados.

Contrariando a visão fatalista dos espaços rurais como áreas inelutavelmente condenadas pelo progresso e pela urbanização generalizada das sociedades europeias contemporâneas à frequência episódica de cidadãos com saudades da natureza, bem como à estagnação e ao definhamento social, económico, cultural e demográfico, esta colectânea apresenta uma série de argumentos que nos permitem perspectivar com optimismo o presente e o futuro desses espaços. O título da obra, *Vives Campagnes...*, é, neste ponto, particularmente expressivo. Cada vez mais repartidos entre as vocações agrícola, residencial e turística, os espaços rurais são aqui representados como áreas dinâmicas, como encruzilhadas onde as sociedades locais e globais interagem, reabilitando e inventando formas de produzir e de consumir, e sociabilidades de ordem vária, a partir de uma concepção bastante alargada da noção de património, extensível aos objectos vernaculares, tais como as produções, as paisagens, as formas de construir e de habitar, as festas e o “saber-fazer” rurais. Concebido como um motor de desenvolvimento local e turístico, o património de que se fala nesta obra é permanentemente construído por indivíduos e por grupos pertencentes a distintos estratos sociais, incluindo agricultores, caçadores, turistas, ecologistas, políticos, sociólogos, historiadores, etnólogos, arquitectos, animadores culturais, residentes permanentes e residentes secundários, etc., assumindo-se como uma expressão contemporânea de construção da tradição e da ruralidade.

A solidez da argumentação teórica e, sobretudo, a riqueza etnográfica do texto transformam-no numa obra de referência para o público em geral e, especialmente, para os investigadores interessados nas questões do património, da ruralidade e dos processos de diferenciação socio-cultural.

A leitura da mesma, entretanto, suscita uma pergunta que não consigo deixar de formular: existirão em Portugal tendências e processos de algum modo similares àqueles que os autores registam no território francês? Estará o espaço rural português a ser objecto de patrimonialização? O alargamento das produções classificadas como

pertencentes a uma região demarcada e a conseqüente multiplicação dos certificados de origem, bem como a emblematização da arquitectura rural tradicional e a profusão dos Parques e Reservas Naturais indicam que sim. A existência de programas como o das “Aldeias Históricas de Portugal”, coordenado pelo INATEL, e a consulta rápida de alguns textos de divulgação e de promoção turística das áreas rurais reiteram-no (ver, por exemplo, *Carta de Lazer das Aldeias Históricas*, editada pelo INATEL; revista *Portugal Português*, editada pela Méribérica/Liber; revista *Evasões*, editada pela Volta ao Mundo). Mas a escassez de estudos realizados a propósito da temática em apreço impede o fornecimento de uma resposta suficientemente informada. Entre outros, o processo de patrimonialização do queijo da Serra da Estrela é, neste âmbito, um objecto de estudo potencialmente revelador, o mesmo acontecendo com o que se reporta às formas tradicionais de construir e de habitar no campo, quer em áreas geograficamente circunscritas, como o Parque Natural de Montesinho, em Bragança, quer no âmbito de fenómenos como o das residências secundárias, ou casas de campo, e o dos alojamentos turísticos em espaço rural. Os procedimentos, os protagonistas, as motivações, o *marketing* e os eventuais efeitos da patrimonialização sobre os objectos e sobre as actividades produtivas que lhe estão associados são algumas das dimensões que, a esse respeito, conviria explorar.

Luís Silva

Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)

FRANÇOISE DUBOST (ORG.)

L’AUTRE MAISON: LA “RÉSIDENCE SECONDAIRE”, REFUGE DES GÉNÉRATIONS
Paris, Éditions Autrement, 1998.

Além de uma pequena antologia de textos literários, composta por excertos retirados de obras de Stendhal, Flaubert, Virgínia Woolf e Marguerite Duras, entre outros, esta colectânea integra cinco artigos científicos acerca de um fenómeno que, nas últimas décadas, tem vindo a assumir uma expressão particularmente significativa no território francês: o das residências secundárias, o da outra casa que um crescente número de cidadãos, de todas as camadas sociais, burguesas e operárias,

habita e possui no campo, na montanha ou à beira-mar, seja ela um apartamento, uma casa rústica, ou qualquer outro tipo de construção, individual ou colectiva.

O processo de democratização destas casas, o historial e a evolução das mesmas em termos tipológicos, representacionais e locativos, as razões de compra ou de manutenção de uma residência secundária, as relações sociais que nela têm lugar, os afectos, as memórias e os estilos de vida que a ela se encontram associados, a integração dos residentes secundários nas comunidades de acolhimento e a forma como estas percebem tais residentes são alguns dos tópicos abordados.

Entre as ocorrências documentadas na abordagem desenvolvida, destacam-se: (i) a diversidade tipológica das residências secundárias, (ii) o facto de estas serem um local de encontro de gerações e de reapropriação de um tempo e de um espaço familiar tendencialmente prejudicado pela vida quotidiana e cidadina, (iii) a invenção de um estilo de vida fundado na alternância dos lugares e das estações, (iv) a criação de novas categorias de tempo (trabalho, lazer, repouso, divertimento, boas e más estações), (v) a complementaridade entre o campo e a cidade, (vi) a crescente função residencial do espaço rural, (vii) a valorização da sua componente paisagística e patrimonial, (viii) o cariz heterogéneo da sua população, (ix) a aproximação entre o modo de vida das comunidades de acolhimento e o modo de vida dos residentes secundários, (x) a sua experiência cada vez mais higienista e hedonista da natureza, e (xi) a redução desta a alguns signos emblemáticos, como o verde, a água e a vista.

É no conceito de “cultura residencial secundária” (Dubost) que se encontra, entretanto, o elemento central da obra. Os seus elementos constituintes – o culto da família, o apego sentimental aos lugares, a necessidade da natureza e os laços que os residentes secundários estabelecem nas comunidades de acolhimento – são o ponto de partida e/ou de chegada de grande parte dos textos nela contidos, especialmente os de carácter científico, nomeadamente sociológico e etnológico. Os artigos de Martyne Perrot (*La Maison de Famille*), Martin de la Soudière (*L’Appel des Lieux: Une Géographie Sentimentale*) e Rolande Bonnain-Dulon (*Les Gens d’Ici et ceux d’Ailleurs*) são, a este respeito, particularmente ilustrativos.

Etnograficamente rico e teoricamente inova-

dor, este livro permite conhecer múltiplas facetas da sociedade francesa contemporânea, incluindo os modos de viver, de habitar e de se distrair, e assume-se como uma obra de referência para os interessados na problemática da pós-ruralidade, uma vez que é no espaço rural que se encontra o maior número de residências secundárias, não só em França, como também em Portugal e em Espanha (no que concerne a este país, cf. García Sanz, 1996, "Procesos emergentes en la sociedad rural", *III Colóquio Hispano-Português de Estudos Rurais*, Lisboa, SPER, pp. 391-407).

Há, no entanto, alguns objectos directamente relacionados com o tema em discussão cujo estudo podia ser substancialmente mais aprofundado, como é o caso dos processos de reabilitação, emblematização e patrimonialização da arquitectura tradicional aflorados no artigo de Françoise Dubost (*De la Maison de Campagne à la Résidence Secondaire*).

Entretanto, este livro pode servir de fonte de inspiração para o desenvolvimento de futuros trabalhos de investigação de carácter antropológico ou sociológico sobre o fenómeno das residências secundárias no território nacional, onde o mesmo, por um lado, se apresenta cada vez mais profuso e, por outro, permanece em larga medida desconhecido.

Luís Silva

Centro de Estudos de Antropologia Social (ISCTE)

JOÃO LEAL

**ETNOGRAFIAS PORTUGUESAS (1870-1970):
CULTURA POPULAR E IDENTIDADE NACIONAL**
Lisboa, Dom Quixote, 2000.

Vem sendo vago o interesse de historiadores, antropólogos e sociólogos pela história das ciências sociais e humanas em Portugal. A excepção mais consistente a este cenário tem partido porventura do domínio da antropologia, com o interesse recente pelas várias tentativas intelectuais realizadas desde o século XIX para fazer do "povo português" o objecto de um saber erudito, de cariz científico. É justamente neste quadro que cumpre destacar o novo livro do antropólogo João Leal, *Etnografias Portuguesas*, o qual certamente passará a constar no itinerário obrigatório de quem, na ampla área das ciências sociais e humanas, quiser

fazer do olhar historiográfico um instrumento crítico e reflexivo de construção da própria disciplina. Será obrigatório também para os interessados no estudo do nacionalismo português e das identidades nacional e regional. De facto, Leal traz-nos, por fim, sujeito a uma leitura histórica crítica, o tópico da identidade nacional, tema usualmente deixado a cargo de um discurso político-intelectual que tem feito da objectivação do carácter *cultural* da nação portuguesa o fundamento da sua autoridade. Na verdade, são estes discursos eruditos e a sua genealogia, que o autor constitui como objecto e sujeita a escrutínio, com o mérito de relançar a nossa visão contemporânea para além do simplismo das psicologias espontâneas da nação, que se dedicam a identificar essências e genealogias do "carácter nacional" português.

No essencial, o material do livro não é inédito. Reúne uma colectânea de artigos já publicados. Apresenta-os, porém, sob a unidade de um mesmo programa de pesquisa: a exploração da "importância que tiveram no desenvolvimento histórico da etnografia e da antropologia portuguesas" a "cultura popular de matriz rural" e a visão que foi elegendo esta mesma cultura como central à identidade nacional portuguesa (p. 15). A tese geral do livro pretende, então, sobrepor o desenvolvimento das "etnografias portuguesas" ao processo de construção cultural de Portugal como "comunidade imaginada", transpondo assim, para o caso português, as propostas de Anthony D. Smith e Benedict Anderson acerca da estreita ligação entre nacionalismo, saberes eruditos antropológicos e identidade nacional nos séculos XIX e XX: "[...] tal como muitas das suas congéneres europeias, a antropologia portuguesa é uma antropologia comprometida, antes do mais, com um discurso etnogenealógico da identidade nacional" (p. 17). Este comprometimento detecta-se em três tipos de processos de elaboração intelectual: i) a *etnogenealogia*, exercício que visa construir a nação mediante a identificação de linhagens genéticas da identidade nacional no "tempo longo da etnicidade"; ii) a *psicologia étnica*, que descobre a nação como "indivíduo colectivo"; iii) a *objectificação* da cultura popular, consistindo este processo em transformar elementos da "vida tradicional" em elementos distintivos e únicos de uma "cultura portuguesa".

A metodologia do autor alicerça-se nas lições do historiador George Stocking. Em particular, a

recusa do “presentismo” historiográfico, justamente a mais famosa lição metodológica de Stocking, que denuncia a fraqueza das interpretações que fazem da história das ciências um mero procedimento avalizador do passado em função dos regimes de valor do presente. Apresentando-nos a história da antropologia mais na linha da história das ideias (o que se converte talvez numa menor inscrição sociológica dos discursos), Leal defende uma leitura abrangente das origens da antropologia e etnografia portuguesas, dispersas por várias regiões disciplinares e por um tempo longo – de 1870 a 1970. Aliás, a expressão “etnografias portuguesas”, que dá título à obra, vem desafiar o leitor a encontrar esse “duplo centramento na cultura popular e na identidade nacional” num espaço discursivo que extravasa as fronteiras da etnografia e da antropologia académicas, incluindo igualmente o que designa por “etnografias espontâneas”. A história dessas disciplinas só se compreende, afirma, tomando-as como “parte de uma nebulosa mais vasta de autores e textos – oriundos por vezes dos mais improváveis quadrantes [...]” (p.16). Assim, o leitor é convidado a navegar por vários saberes eruditos especializados, cujo conjunto forma o campo transdisciplinar das “etnografias portuguesas”, entre eles: a economia agrária, a literatura, a arqueologia, a arquitectura e, *strictu sensu*, a etnografia.

O livro organiza-se em três partes. Na primeira, o autor começa por situar num tempo evolutivo a antropologia e a etnografia (aqui, vistas num sentido disciplinar mais estrito), oferecendo uma tentativa para a sua periodização histórica entre 1870 e 1970, através daqueles que considera serem os seus principais protagonistas, objectos e teorias. Serve também este capítulo para apresentar a “tese forte” do autor, acerca da história da antropologia portuguesa: a ideia de que foi como antropologia de “construção da nação” – exclusivamente, pelo menos até 1950 – que a antropologia como disciplina se desenvolveu em Portugal. O capítulo 2 apresenta um ensaio acerca de um dos temas mais recorrentes no discurso etnogenealógico: as teses lusitanistas acerca da origem do povo português, inicialmente avançadas na década de 1870 pelo arqueólogo Martins Sarmiento. O autor acompanha a exploração da hipótese da lusitanidade dos portugueses nas obras de Teófilo Braga, Leite de Vasconcelos e Jorge Dias. E conclui por uma história de “insucesso”.

Ou seja, se é inegável a forte atracção dos antropólogos pelas teses lusitanistas, o certo é que este fascínio foi incapaz de se converter em *facto* científico, pois “[...] acaba por ser contrariado por promessas não cumpridas, projectos de livros inacabados, e/ou abandonados, por silêncios, dificuldades e viragens [...]” (p. 64). Se o problema dos lusitanos assinala uma ideia prevalecente no discurso erudito que não ganha a força de *facto*, o mesmo parece não acontecer com as teses que pretendem isolar a psicologia étnica portuguesa. O sucesso no meio intelectual português de tais teses culturalistas é o motivo do capítulo 3. Começa por procurar compreender a extensa circulação e o elevado crédito que o texto “Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa”, escrito por Jorge Dias na década de 1950, ocupa no imaginário dos intelectuais portugueses. O entendimento da centralidade deste texto começa por morar na força histórica do debate sobre as “características espirituais e psicológicas” especificamente portuguesas, emergente desde finais do século XIX, e do qual o *saudosismo* de Teixeira de Pascoaes se revelou a mais bem sucedida das propostas. Um debate que se mostra estrutural, a ponto de tais narrativas essencialistas da nacionalidade permanecerem acesas no discurso contemporâneo – o que serve de crítica arguta a intelectuais eminentes como Eduardo Lourenço e Boaventura Sousa Santos.

A segunda parte é dedicada à compreensão dos processos de objectificação da cultura popular, através do modo como a “razão etnográfica” e a “razão nacionalista” foram actuando no discurso sobre a arquitectura popular, evidente nas várias “guerras culturais” e investigações eruditas acerca da existência de uma “casa portuguesa”. De facto, o que nesta secção se destaca é o modo como a ideia de uma “arquitectura popular portuguesa” se constitui na arena de uma luta em torno da razão etnográfica subjacente ao discurso arquitectónico, uma luta que é simultaneamente intelectual e política, envolvendo arquitectos, etnólogos e políticos do regime do Estado Novo. É aqui que o trabalho de terreno do autor se revela metodologicamente mais frutuoso, permitindo-lhe ultrapassar as limitações próprias de um campo de pesquisa restrito, em geral, a fontes publicadas: o recurso a entrevistas aos participantes nos inquéritos à arquitectura popular complementa exemplarmente as fontes documentais. O capítulo 4 des-

creve as origens oitocentistas da ideia de “casa portuguesa” que culmina nas perspectivas de Raul Lino, ganhando o apoio oficial do regime salazarista durante as décadas de 1940 e 1950. Os capítulos seguintes dão-nos a evolução do debate no campo da arquitectura e da etnologia, como contraponto à ideologia pastoral do regime: primeiro, a ideologia contra-pastoral patente no *Inquérito à Habitação Rural*, promovido nos anos 40 e 50 pelo Instituto Superior de Agronomia (cap. 5); depois, a reciclagem modernista da estética rural demonstrada pelo *Inquérito à Arquitectura Popular* (cap. 6); e, por fim, as investigações etnológicas de Veiga de Oliveira sobre a arquitectura tradicional, culminando o enterro etnológico da visão pastoral da casa portuguesa (cap. 7).

A terceira parte do livro pretende prestar atenção “[...] ao modo como as etnografias regionais se dão [...] como um espaço de reciclagem, negociação e resistência dos processos de imaginação etnográfica da nação produzidos a partir do centro” (p. 229). Esta exploração, porém, desdobra-se solitariamente num único capítulo, dedicado ao processo cultural de “invenção da açorianidade” na literatura e na etnografia, levado a cabo por vários intelectuais açorianos – do antropólogo Arruda Furtado ao escritor Vitorino Nemésio. O caso açoriano demonstra o modo como o processo de construção cultural de uma *região* parece servir-se dos mesmos dispositivos intelectuais de invenção da nação, no centro, para inventar a açorianidade, na periferia – uma invenção que oscila, de forma tensa, como bem afirma Leal, entre a “glosa regionalizadora da nação e a construção de uma distância relativamente a esta” (p. 244). Termina o autor o seu trabalho com um interessante desafio aos antropólogos: o de fundar a reflexão crítica sobre a identidade nacional em termos novos, que “subvertam” as velhas narrativas psicologistas – e o instrumento para essa nova reflexão funda-se, no entender do autor, no estudo da “circulação ampliada” dessas ideias e estereótipos, produzidos no círculo erudito das etnografias portuguesas, em circuitos de comunicação e públicos mais alargados, na contemporaneidade.

Se o argumento geral do livro parece sustentar-se em face dos elementos apresentados, já quanto à sua “tese forte” valerá a pena levantar algumas questões. De facto, a peremptória recusa da existência de uma tradição antropológica da “cons-

trução do império” até 1950 parece chocar com a proclamada rejeição metodológica do “presentismo”... Isto porque se o argumento da abrangência transdisciplinar na genealogia da antropologia e etnografia é válido para pesquisar as “etnografias portuguesas” para lá de actuais fronteiras disciplinares, também o deve ser para a exploração da história da antropologia em face da sua relação com a objectivação dos “povos coloniais” – algo a que a tese forte do autor se mostra insensível, fechada que está na demonstração de uma exclusiva obsessão dos intelectuais pelo “povo português” e na circunscrição da antropologia às fronteiras do território continental e insular. Só, talvez, a persistência implícita de certo “presentismo”, dificilmente permeável à incorporação de saberes não academizados nas origens da antropologia, poderá obstar o autor a imaginar que o passado da antropologia para trás de 1950 possa encontrar-se nos saberes antropológicos produzidos, por exemplo, por militares, funcionários, médicos ou missionários coloniais, *do mesmo modo* que o passado das etnografias portuguesas se pode encontrar (como bem faz João Leal) nos saberes de arquitectos e escritores... Por sua vez, importará também esclarecer os critérios dessa abrangência histórica na selecção dos saberes academizados, isto bem para lá de um critério autobiográfico que levou o autor a sobrevalorizar na obra os discursos em torno da arquitectura popular. Tendo em conta o seu peso na academia portuguesa até meados do século XX, surpreende a ausência de referências substantivas à tradição naturalista e racialista da antropologia científica (o domínio dito da “antropologia física”), como se essa de pouco valesse na elaboração historiográfica do passado da antropologia contemporânea – mesmo de “construção da nação”...

É, aliás, a dificuldade em justificar essa tese forte que leva o autor a cair algo paradoxalmente numa explicação de tom psicologista para a sua tese da exclusividade da antropologia de construção da nação em Portugal. De facto, como se explicará essa dominância histórica da antropologia de construção da nação *contra* a ausência de uma antropologia colonial se nada parece, objectivamente, sustentá-la? “[A] pesar”, como afirma o autor, “da existência de um império e da inexistência de um problema nacional idêntico ao da generalidade dos países periféricos e semi-periféricos da Europa” (p. 27)? Sem outra resposta

para este facto, João Leal refugia-se estranhamente numa explicação que bebe dessas mesmas narrativas essencialistas acerca da cultura portuguesa que o autor tão lucidamente pretende desmontar. Os etnólogos, afirma, “replicam” “no interior do seu espaço disciplinar próprio, uma tendência mais geral da cultura portuguesa” (p. 61). Isto é, e citando precisamente Eduardo Lourenço, Leal evoca a “‘preocupação obsessiva’ com a identidade nacional” que estrutura a “vida cultural portuguesa” e o “‘sentimento de fragilidade óptica’ dos intelectuais portugueses relativamente ao seu próprio país” como “circunstância” para explicar “o peso que o tópico da identidade nacional teve no desenvolvimento histórico da antropologia portuguesa” (p. 28). Talvez, então, que um dos passos

para subverter, na antropologia portuguesa, as narrativas psicologistas sobre a cultura consista em aprofundar na sua história uma sociologia do conhecimento antropológico. Tal como importará analisar e discutir, nesse passo, a difícil relação que os antropólogos contemporâneos mantêm com a histórica ligação da sua disciplina ao colonialismo português e aos programas científicos racialistas.

Ricardo Roque
Universidade dos Açores

